

Representação de candidatos militares no Facebook: Um estudo de caso dos deputados Pazuello e Zucco

Representation of military candidates on Facebook: a case study of the congressmen Pazuello and Zucco

Representación de candidatos militares en Facebook: un estudio de caso de los congresistas Pazuello y Zucco


Felipe Ramos Garcia

Doutorando em Sociologia

Universidade de São Paulo

Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-USP) e Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP)

frgarcia@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9767-1449> 

Luis Fernando de Castro Vascon


Doutorando em Ciências Sociais


Universidade Estadual Paulista

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS-UNESP) e Observatório de Segurança Pública

(OSP-UNESP)

luis.vascon@live.com

<https://orcid.org/0000-0002-0561-439X> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

O Brasil tem presenciado um aumento significativo no número de candidatos provenientes de instituições de segurança, particularmente das Forças Armadas, o que ressalta a crescente participação desses atores no cenário político nacional. Este ensaio tem como objetivo analisar a autorrepresentação dos deputados federais General Eduardo Pazuello (PL-RJ) e Tenente-Coronel Luciano Zucco (PL-RS), candidatos à reeleição e com vínculos militares, em suas interações nas redes sociais digitais. A investigação busca verificar se o conteúdo compartilhado nessas plataformas se alinha com suas pautas e comportamentos legislativos na Câmara dos Deputados. O ensaio concentra-se em avaliar a congruência entre a narrativa construída pelos candidatos nas redes sociais e suas ações efetivas no parlamento, a fim de determinar se a imagem projetada online reflete com precisão suas práticas políticas ou se é predominantemente uma estratégia eleitoral para atrair eleitores. Para tanto, adota-se uma metodologia de análise qualitativa das representações discursivas, fundamentada na teoria de Pierre Bourdieu, possibilitando uma avaliação crítica das mensagens disseminadas pelos candidatos em comparação com suas posturas e decisões políticas. Esta abordagem oferece uma reflexão detalhada sobre a coerência entre a presença digital e a atuação legislativa desses representantes das Forças Armadas.

Palavras-chave: forças armadas; punição; segurança pública; eleições; representações.

ABSTRACT

Brazil has witnessed a significant increase in the number of candidates from security institutions, particularly the Armed Forces, underscoring the growing participation of these actors in the national political arena. This essay analyzes the self-representation of congressmen General Eduardo Pazuello (PL-RJ) and Lieutenant Colonel Luciano Zucco (PL-RS), both candidates for reelection with military backgrounds – in their digital social media interactions. The investigation examines whether the content shared on these platforms aligns with their legislative agendas and parliamentary behavior in the Chamber of Deputies. The essay assesses the congruence between the narrative constructed by these candidates on social media and their actual parliamentary actions, determining whether their projected online image accurately reflects their political practices or constitutes primarily an electoral strategy to attract voters. To this end, the study

employs a qualitative analysis of discursive representations, grounded in Pierre Bourdieu's theoretical framework, enabling critical evaluation of the messages disseminated by the candidates in relation to their political stances and decisions. This approach provides a detailed examination of the coherence between the digital presence and legislative performance of these Armed Forces representatives.

Keywords: armed forces; punishment; public safety; elections; representations.

RESUMEN

Brasil ha experimentado un aumento significativo en el número de candidatos provenientes de instituciones de seguridad, particularmente de las Fuerzas Armadas, lo que pone de relieve la creciente participación de estos actores en la arena política nacional. Este ensayo analiza la autorrepresentación de los congresistas General Eduardo Pazuello (PL-RJ) y Teniente Coronel Luciano Zucco (PL-RS), ambos candidatos a la reelección con trayectoria militar, en sus interacciones en redes sociales digitales. La investigación examina si el contenido compartido en estas plataformas se alinea con sus agendas legislativas y su comportamiento parlamentario en la Cámara de Diputados. El ensayo evalúa la congruencia entre la narrativa construida por estos candidatos en las redes sociales y sus acciones parlamentarias reales, determinando si la imagen proyectada en línea refleja con precisión sus prácticas políticas o si constituye principalmente una estrategia electoral para atraer votantes. Con este fin, el estudio emplea un análisis cualitativo de las representaciones discursivas, basado en el marco teórico de Pierre Bourdieu, lo que permite una evaluación crítica de los mensajes difundidos por los candidatos en relación con sus posturas y decisiones políticas. Este enfoque proporciona un examen detallado de la coherencia entre la presencia digital y el desempeño legislativo de estos representantes de las Fuerzas Armadas.

Palabras clave: fuerzas armadas; castigo; seguridad pública; elecciones; representaciones.

1 INTRODUÇÃO

Desde o fim da Ditadura Militar, em 1985, candidatos e candidatas oriundos(as) das forças de segurança do Estado – policiais civis e militares, membros das Forças Armadas, policiais federais e bombeiros militares – disputam eleições nas diferentes esferas da administração. Ao analisarem os pleitos ocorridos entre 1998 e 2014, Berlatto, Codato, Bolognesi (2016) demonstram que esse número apresentou crescimento entre a primeira e a última disputa eleitoral examinada. Desde 1987, membros das forças de segurança e outros deputados eleitos para a Câmara dos Deputados se aglutinam em torno do que já foi denominado de “bancada da segurança” e, mais recentemente, de “bancada da bala” (Novello; Alvarez, 2022). Em 2023, um grupo suprapartidário formado por integrantes das forças de segurança e por outros parlamentares, institucionalizou a pauta no congresso, com a formação da Frente Parlamentar da Segurança Pública. Há uma vasta literatura nas ciências sociais sobre o comportamento de atores políticos no congresso nacional, sobretudo aqueles que se aglutinam em grupos temáticos ou em bancadas (Novello; Alvarez, 2022, Faganello, 2015, Macaulay, 2017). Além da “bancada da bala”, diferentes grupos e atores suprapartidários se organizam eleitoralmente em blocos políticos, como a “bancada evangélica”, por exemplo (Prandi; Santos, 2017).

Embora a presença de nomes ligados às forças de segurança não seja uma exclusividade da atual legislatura (2022-2026), no último pleito foram 53 deputadas e deputados oriundos das forças de segurança do Estado eleitos, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral - o maior número desde a redemocratização. Ademais, a



presença de nomes ligados às forças de segurança em cargos executivos também é significativa: se levarmos em conta o período que compreende o fim da ditadura civil-militar e a criação do Ministério da Defesa, em 1999, esse número ainda é expressivo (Soares, 2006; Pion-Berlin e Martínez, 2017). Mais recentemente, um levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Schmidt, 2022) apontou um número recorde de militares das Forças Armadas em cargos comissionados no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2018-2022). Esse é um panorama que é descrito por Souza e Serra (2020, p. 206) como os militares “assumindo o poder máximo da nação através do voto direto”. Esse cenário sugere um recrudescimento do processo de militarização no país, ancorado no apelo social por maior endurecimento penal, e que se manifesta não apenas na esfera política, mas também na vida cotidiana, por meio da intensificação da militarização da segurança pública (Souza, 2010; 2011, 2015; Souza; Serra, 2020; Nóbrega Junior, 2010; Mathias, 2003).

No contexto político brasileiro pós-2018, marcado pela ascensão de candidaturas militares, o presente ensaio propõe-se a analisar as representações discursivas de dois candidatos oriundos das Forças Armadas na plataforma Facebook. A investigação busca, especificamente, examinar em que medida o perfil construído por esses candidatos em suas páginas oficiais durante o período eleitoral manteve-se coerente no exercício do mandato, bem como verificar a existência de congruência entre as narrativas mobilizadas nas redes sociais digitais e seus posicionamentos efetivos, expressos nas votações subsequentes na Câmara dos Deputados. O ensaio concentra-se em candidatos que reuniam duas características determinantes: experiência política prévia e vinculação institucional às Forças Armadas na condição de oficiais. A partir desses critérios, foram selecionados como objetos de análise o General Eduardo Pazuello e o Tenente-Coronel Zucco, os dois candidatos detentores de patentes militares das Forças Armadas mais votados para o cargo de deputado federal nas eleições gerais de 2022.

O estudo adota uma metodologia de análise qualitativa fundamentada na teoria dos campos de Pierre Bourdieu (2003; 2006), possibilitando uma avaliação crítica das mensagens disseminadas pelos candidatos em comparação com suas posturas e decisões políticas. As publicações dos perfis analisados foram examinadas em um recorte temporal de um ano, compreendendo seis meses antes e seis meses após as eleições do dia 02 de outubro de 2022. A escolha desse período visa capturar tanto a fase de campanha quanto o início do mandato, permitindo uma avaliação detalhada da continuidade ou mudança na autorrepresentação e da coerência entre a presença digital e

a atuação legislativa desses representantes das Forças Armadas. Esta abordagem oferece uma reflexão sobre se a imagem projetada online reflete com precisão suas práticas políticas ou se constitui predominantemente uma estratégia eleitoral para atrair eleitores.

1.1 As relações civis-militares no Brasil

As relações entre civis e militares no Brasil contemporâneo configuram um campo de tensão entre o princípio da autoridade civil democrática e as demandas de autonomia institucional das forças armadas. Essa tensão torna-se particularmente visível quando as forças militares ultrapassam seus papéis tradicionais de defesa externa e adentram tarefas policiais ou políticas - fenômeno designado como “mística militar” (Passos, 2024). No Brasil, o advento do Ministério da Defesa em 1999, e a estruturação institucional subsequente, significaram um avanço na lógica de controle civil sobre os militares. Contudo, essa progressão enfrenta fragilidades com elevados graus de autonomia militar no desenho institucional brasileiro neste século (Passos, 2014, 2018). O contexto recente (em especial o governo Jair Bolsonaro e seu legado) torna essa dinâmica ainda mais explícita. O ingresso de militares em cargos ministeriais em número expressivo e a utilização das forças armadas em missões de Garantia da Lei e da Ordem cruzam a fronteira entre a esfera militar-defesa e a esfera política/segurança pública. Adicionalmente, episódios como a demissão do Ministro da Defesa Fernando Azevedo e Silva e a subsequente renúncia coletiva dos três comandantes das Forças Armadas em março de 2021, evidenciam uma “degradação das relações civis-militares” ao ver-se uma politização crescente da hierarquia militar e, simultaneamente, o enfraquecimento do comando civil (G1, 2021).

A participação de militares das Forças Armadas na política institucional representa uma via adicional pela qual se modificam - ou tensionam - as relações civis-militares (Carvalho, 2005; Fico, 2025). A eleição e atuação parlamentar de ex-militares ou militares da ativa reconfiguram o lugar institucional das Forças Armadas: essas deixam de ser somente atores de defesa ou segurança para se tornarem diretamente atores de poder político institucional, sobretudo nas Assembleias Legislativas Estaduais e no Congresso Nacional. Nessa perspectiva, o fenômeno aqui investigado insere-se em uma lógica mais ampla da participação militar na esfera política, tensionando os fundamentos do eixo civil-militar tradicional. Enquanto o paradigma consolidado pressupunha a subordinação



das Forças Armadas ao poder civil e sua exclusão da arena partidária e legislativa, o caso brasileiro recente revela um processo de erosão dessa fronteira institucional, configurando o que se pode caracterizar como uma flexibilização do controle civil sobre as forças armadas (Novello; Alvarez, 2022).

Essa interligação entre participação política e relações civis-militares implica riscos para a democracia, sobretudo quando se observa que militares ocupam não apenas cargos executivos, mas também disputam mandatos legislativos e organizam blocos parlamentares - fenômeno que, por sua vez, potencializa a influência das Forças Armadas no processo político. Tal fato confirma a tese de que há um recrudescimento da militarização não apenas da segurança pública, mas também da política institucional (Acacio; Passos; Pion-Berlin, 2023). A coerência entre o perfil dos candidatos militares e sua atuação legislativa torna-se, então, um eixo analítico frutífero para avaliar até que ponto essa transição representa continuidade de uma lógica militarizada ou rupturas com ela. Observar essa intersecção revela a presença simultânea de avanços institucionais formais e de retrocessos simbólicos e práticos: a expansão do papel político dos militares tende a minar o ideal de controle civil democrático sobre as Forças Armadas e a alterar os limites entre política civil e poder militar. Integrar esse olhar à análise das candidaturas militares e das suas representações nas redes sociais contribui para compreender como esses atores mobilizam identidades, narrativas e símbolos militares - ao mesmo tempo em que se inserem no sistema legislativo - e porque essa dinâmica merece atenção crítica no âmbito da sociologia da violência, da militarização e das políticas públicas de segurança.

1.2 A formação do campo militar

Os militares das Forças Armadas possuem um conjunto de práticas específicas e inerentes à posição que ocupam e que se desenvolve dentro de um espaço específico, o campo. Segundo Pierre Bourdieu (2003; 2006) o campo é todo e qualquer espaço social (religioso, político, escolar, acadêmico, artístico etc.) ocupado por agentes que compartilham as mesmas práticas, gostos e interesses. De forma geral, podemos dizer que o campo constitui um “mundo social” que se configura como um espaço estruturado de posições. A autonomia de um campo pode variar não apenas conforme o tempo e o espaço social, mas, também, segundo as próprias forças relativas que se constituem em seu interior e o peso relativo dos papéis atribuídos aos agentes.



O campo é um espaço estruturado de posições ocupadas por diferentes agentes. As práticas e comportamentos dos agentes só são compreensíveis se estiverem relacionadas às suas posições dentro do campo. Por exemplo, uma continência militar, gesto comum de saudação e reconhecimento hierárquico dentro da caserna, é perfeitamente compreensível pelos agentes do campo militar (e até de indivíduos que não pertencem ao campo). Feito dentro do ambiente militar, por indivíduos uniformizados ou em um contexto de demonstração (a exemplo dos desfiles e paradas), o gesto tem significado para os agentes do campo. Porém, feito fora do ambiente da caserna, por indivíduos não uniformizados e em um contexto diferente dos comuns aos militares, o gesto soa estranho e é visto com estranhamento.

Não obstante existam características de funcionamento gerais inerentes a todos os campos, as características de funcionamento específicas é que delimitam e configuram o campo específico. Os agentes de um campo se posicionam de acordo com o capital acumulado, especialmente o capital econômico (conjunto de bens materiais, dinheiro), o capital social (rede de relações interpessoais) e o capital cultural (conhecimento, livros e diplomas). Na medida em que esses capitais alcançam reconhecimento, tendem a funcionar como o capital simbólico, o qual é caracterizado pela honra, prestígio, autoridade e domínio dentro do campo (Bourdieu, 2003). Segundo Bourdieu, o campo:

[...] pode ser definido como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre as posições. Essas posições são definidas objetivamente e sua existência e pelas determinações que elas impõem a seus ocupantes agentes ou instituições, devido à sua situação atual ou potencial na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital), em que posse comanda o acesso aos interesses específicos que estão em jogo no campo e, ao mesmo tempo, pelas suas relações objetivas com as outras posições (dominação, subordinação, homologia, etc.) (Bourdieu, Wacquant, apud Bonnewitz, 2003, p. 60).

O conceito de capital em Bourdieu refere-se aos recursos que os agentes possuem, os quais podem assumir diferentes formas: capital econômico (como dinheiro e propriedades), capital social (referente às conexões e redes de relacionamento) e capital cultural (como diplomas e objetos culturais). De modo geral, o capital acumulado pelos agentes impacta em sua posição dentro do campo. No caso do campo militar, podemos destacar a importância de determinados capitais e de que forma eles contribuem para a reprodução do próprio campo. O capital econômico, de modo geral, possui pouco impacto

entre os agentes do campo militar. Isso se explica pelo processo histórico de admissão à carreira militar no Brasil que, desde a segunda metade do século XIX se configura com um meio de ascensão social (Castro, 2018). No caso do Exército Brasileiro, a carreira do oficial se inicia após a admissão na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Para o processo de admissão à carreira de oficial do Exército, não há requisitos que apontem para a sobressalência de capital econômico.

Embora os capitais estejam, de certa forma, interligados, ou seja, não é possível dissociar uma modalidade de recursos das outras, é fato que os recursos econômicos são pouco mobilizados dentro do campo militar, o que faz parte da filosofia de constituição da instituição. Dessa forma, o capital cultural é mobilizado durante o processo de admissão e durante toda progressão de carreira do oficial, bem como o capital social. O capital cultural se expressa no volume de cursos que o militar realiza ao longo da sua formação, a começar pelo da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), formação obrigatória para o ingresso na formação do oficialato. Os requisitos para admissão na escola preparatória são: ser brasileiro nato, ambos os sexos; possuir idade de, no mínimo, dezessete e, no máximo, vinte e dois anos, completados até 31 de dezembro do ano da matrícula; ter concluído ou estar cursando (no ano da inscrição) o 3º ano do Ensino Médio. A partir daí, o oficial inicia sua formação na AMAN e, ao final de quatro anos, escolhe sua arma (infantaria, artilharia ou cavalaria) e recebe o diploma de bacharel em Ciências Militares.

A manifestação e impacto do capital cultural fica mais evidente durante a progressão de carreira. Para alcançar as patentes superiores do oficialato, o militar precisa se manter em constante formação continuada, realizando cursos de aperfeiçoamento em instituições de ensino vinculadas (ou não) às Forças Armadas, como a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) ou a Escola Superior de Guerra (ESG), destinada aos oficiais gerais. As promoções militares ocorrem segundo o que o próprio campo denomina de “mérito” (Coelho, 1978; Castro, 2018). O mérito diz respeito, em linhas gerais, ao acúmulo de capital cultural que o oficial consegue durante sua formação.

Até a patente de coronel, a progressão de carreira ocorre exclusivamente a partir do mérito. Para a progressão ao generalato a mobilização do capital social torna-se necessária. Isso porque a passagem de oficial superior para oficial general depende de uma aprovação nominal da presidência da república a partir de lista de nomes elaborada pelos 17 generais que compõem o Alto Comando. Dessa forma, a mobilização de

conexões é fundamental para que o oficial consiga sua progressão ao generalato, visto que o mérito, ou seja, o capital cultural acumulado, não é suficiente para conquistar a posição. Tudo isso ainda levando em conta as posições verticais dentro do campo. Se levarmos em conta as posições horizontais, a mobilização de capital social é ainda mais importante.

De acordo com Bourdieu (2004), para um campo se estruturar em seu processo de autonomização, ou seja, para que ele exista enquanto campo específico e seja legitimado pelos seus agentes e por agentes de outros campos, ele precisa construir os seus próprios agentes, o que, no caso do campo militar, significa investir em uma formação que seja específica, de modo que o pertencimento ao campo seja legitimado por um capital cultural exclusivo. Dessa forma, a construção e legitimação do campo militar passa por um investimento consistente na educação e formação dos oficiais. Isso porque para que o campo se reproduza, os agentes precisam internalizar algumas práticas específicas do campo. Assim, a consolidação do *habitus* militar é fundamental para pensarmos e compreendermos o “ser militar” (Sepulveda, 2014).

A análise de Samuel Alves Soares (2006) sobre a estruturação de normas e valores das Forças Armadas na Constituição Federal evidencia como a institucionalização de prerrogativas militares no ordenamento jurídico brasileiro contribui para a manutenção de espaços de autonomia corporativa, o que dialoga com a noção bourdieusiana de campos de poder relativamente autônomos (Bourdieu, 2006). Soares (*op. cit.*) demonstra como a definição constitucional das funções e missões do aparelho militar, aliada aos textos constitucionais, estabeleceu uma configuração legal que preserva margens significativas de autodeterminação institucional no período de 1974 a 1999. Esta autonomia estrutural, quando articulada ao conceito de insulamento burocrático desenvolvido por Edson Nunes (1997), revela uma dinâmica na qual determinados núcleos da burocracia estatal (incluindo as instituições militares) operam protegidos de pressões políticas externas e da competição democrática ordinária. O insulamento burocrático, originalmente concebido para explicar a proteção de agências técnicas contra o clientelismo e o corporativismo, pode paradoxalmente reforçar uma imagem de profissionalismo militar que mascara processos de autonomização institucional e resistência ao controle civil efetivo.

1. 3 O *habitus* militar e suas representações nas redes sociais



Se por sua vez o campo é um espaço ocupado por agentes que possuem as mesmas disposições, um mesmo padrão de comportamento, essas disposições constituem o *habitus*. O *habitus* seriam as disposições pré-conscientes, padrões de comportamento que são internalizados pelos agentes do campo e que funcionam como mecanismo de reprodução dos agentes dentro do campo (Bourdieu, 2006; 1983). O *habitus* está diretamente associado à acumulação ou ausência de capital (econômico, cultural, social) por parte do agente. Segundo Bourdieu:

[...] quer saiba ou não, quer queira ou não, [cada agente] é produtor e reproduzidor de sentido objetivo, porque suas ações e suas obras são produto de um *modus operandi* do qual ele não é o produtor e do qual ele não possui o domínio consciente; as ações encerram, pois, uma “intenção objetiva” como diria a escolástica, que ultrapassa sempre as intenções conscientes (Bourdieu, 1983, p. 72).

Nessa perspectiva, o *habitus* constitui uma prática internalizada, socialmente construída para agir e pensar de modo específico, que age sob o nível de esquemas mentais e corporais. Vindas do meio social, essas disposições são partilhadas pelos agentes que estão submetidos a condicionamentos similares, o que possibilita certa homogeneidade em relação aos agentes que se inserem em um mesmo grupo/espaço. O *habitus* compreende um conjunto de relações (sociais, históricas, culturais) em determinado tempo e lugar (Bourdieu, *op. cit.*).

Enquanto aptidão social, o *habitus* está associado ao comportamento dos agentes e aos condicionamentos sociais, adquiridos nas relações estabelecidas em sociedade. Por exemplo, o *habitus* explica a predileção do agente por determinada música, alimentação, esporte, além das suas próprias escolhas matrimoniais e políticas. Segundo Bourdieu (*idem, ibidem*), o *habitus* concede relativa homogeneidade aos grupos que possuem uma trajetória social semelhante. No caso dos militares, embora as trajetórias sociais não sejam exatamente homogêneas, o fato de ingressarem ainda jovens na carreira militar, nas escolas de preparação e nas academias de formação de oficiais, horizontaliza as trajetórias e assegura o terreno para construção de uma personalidade militar.

Do ponto de vista institucional, segundo sinaliza Celso Castro (2002), os jovens aspirantes a oficiais, ao ingressarem na carreira militar tornam-se herdeiros de um conjunto simbólico identificador deste campo, composto por práticas e discursos



expressos em cerimônias, rituais e no cotidiano institucional. As instituições preservam, assim, mecanismos que possibilitam o processo de assimilação e introjeção da herança construída. Esse conjunto de práticas que é sistematicamente difundida e rapidamente internalizada pelos jovens aspirantes configura um poderoso elemento de reprodução social. Isso é o que Bourdieu chamaria de *habitus*.

Para além das dinâmicas e das expressões concretas de sociabilidade, de sua estrutura física e produções materiais, as instituições militares materializam-se no campo da subjetividade, como força de perpetuação de determinadas práticas. Este mecanismo é assegurado por um processo de socialização imposto a todos que fazem parte dos seus quadros, cuja construção social advinda deste artifício forma a identidade militar. Tal construção denominada por Castro (2005) de “espírito militar” consiste no processo experimentado pelos jovens aspirantes no ofício das armas de socialização profissional, durante o qual devem apreender os valores, atitudes e comportamentos apropriados à vida militar. Esta socialização é efetivada quando os sujeitos adquirem disposições percebidas como evidentes e naturais agindo de maneira determinada pelo contexto, pela tradição e pelas regras, sem que seja um processo consciente, quando há a incorporação do *habitus* militar (Castro, *op. cit.*).

A inserção e ingresso na caserna impõem, àqueles que buscam a carreira como oficial, abraçar valores e princípios de visão e divisão de mundo (mundo civil e mundo militar), que resultarão na apreensão do *habitus* militar e na produção da filiação dos indivíduos a esta classe. O “nome de batismo” é muitas vezes substituído pelo “nome de guerra”, a “família de origem” na maioria das vezes é substituída pela “família militar”, o local de moradia é ampliado para os locais das transferências e os indivíduos singulares são formatados pela identificação genérica como “soldados”. Entretanto, as características da personalidade do indivíduo estão ligadas ao grupo por padrões de origem social. Essas características pessoais, que o indivíduo preserva e que o identifica dentro do grupo, são denominadas pelo autor como identidade-eu. O *habitus* estaria enraizado entre essas duas categorias: “nós” e “eu”. Desse modo, como o militar transita em duas configurações sociais distintas, a sociedade civil e o mundo militar, o cruzamento entre a identidade nós (militar) e a identidade nós (sociedade civil), atuam de forma distinta na identidade-eu do militar (Moreira; Silva; Celestino, 2020).

O *habitus* é, segundo Bourdieu (2004), elemento fundamental para estruturação do campo. Para que o processo de reprodução seja autonomizado pelos agentes do campo, ele precisa construir seus próprios agentes o que, nesse caso, significa investir na

formação. No caso da instituição militar, como assinala Sepulveda (2014) a consolidação do campo militar no Brasil ocorre quando os elementos estruturantes de formação são formados. Nesse sentido, as escolas e academias de formação de oficiais cumprem papel decisivo no processo de internalização de padrões de comportamento e reprodução do “ser militar”. A educação cumpre, portanto, um papel decisivo no processo de consolidação do campo militar e na internalização do *habitus*. Não obstante, o cuidado que os militares (principalmente do Exército) têm com os currículos de formação das escolas de preparação e academias de formação de oficiais refletem o apreço e noção que possuem em relação à importância do processo de formação na autonomização do *ethos* militar. Jovens que ingressam ainda antes de completarem a maioria na carreira militar passam a assimilar uma série de elementos que compõem o “espírito militar” e passam, rapidamente, a reproduzir os comportamentos que enxergam nos veteranos e nos instrutores oficiais.

A transição de um *habitus* militar para as redes sociais digitais revela uma adaptação estratégica das disposições incorporadas no campo castrense à lógica das redes sociais virtuais, caracterizada como um espaço de luta simbólica acelerada onde agentes competem por visibilidade e capital político por meio de representações performativas (Ignatow; Robinson, 2017). No caso dos deputados Pazuello e Zucco, o *habitus* militar manifesta-se nas plataformas digitais não como reprodução literal de práticas do oficialato (como utilização de jargões operacionais e mobilização de simbologia castrense), mas como conversão em narrativas de autoridade moral e eficiência punitiva, alinhadas às pautas de segurança pública e endurecimento penal observadas em suas proposições legislativas. Essa articulação evidencia uma homogeneidade prática entre campo militar e virtual: ambos funcionam como arenas de acumulação de capital simbólico específico, onde o prestígio castrense (capital cultural militar) se transmuta em capital político-eleitoral via postagens que evocam a “mística militar” (Passos, 2024), como apelos à ordem e à “família militar”, tensionando a autonomia relativa desses campos. Assim, a presença digital não suprime o *habitus*, mas o reconfigura, sugerindo coerência entre autorrepresentação online e atuação parlamentar na “bancada da bala” (Novello; Alvarez, 2022), em vez de mera estratégia eleitoral contingente.

1.4 Deputados oficiais e campo militar



Para exemplificar as representações construídas nas redes sociais virtuais, este ensaio adota como objeto de análise os dois deputados federais com vínculos com as forças armadas, e que tiveram a maior quantidade de votos nas eleições de 2022: General Eduardo Pazuello (PL-RJ) e Tenente Coronel Zucco (PL-RS).

Eduardo Pazuello formou-se como Oficial de Intendência na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 1984. Ao longo de sua carreira militar, cursou o Comando e Estado-Maior no Exército Brasileiro e o curso de Política e Estratégia Aeroespaciais na Força Aérea Brasileira (FAB). Entre suas funções no Exército, Pazuello comandou o 20º Batalhão Logístico Paraquedista e o Depósito Central de Munição, ambos localizados no Rio de Janeiro. O general também desempenhou um papel na coordenação das tropas do Exército durante os Jogos Olímpicos de 2016 e, a partir de fevereiro de 2018, foi responsável pela Operação Acolhida, que gerencia o acolhimento de refugiados venezuelanos em Roraima. Durante a intervenção federal no estado, atuou como Secretário da Fazenda no Governo de Roraima, deixando o cargo em 15 de fevereiro de 2019. Em 8 de janeiro de 2020, Pazuello foi nomeado comandante da 12ª Região Militar em Manaus, sucedendo Carlos Alberto Maciel Teixeira, com a missão de reforçar a defesa da Amazônia. No âmbito federal, Pazuello foi nomeado secretário-executivo do Ministério da Saúde pelo então ministro Nelson Teich, assumindo a segunda posição na hierarquia da pasta, com destaque para sua experiência em logística, conforme mencionado no momento de sua nomeação, em 22 de abril de 2020. Sua projeção no cenário nacional cresceu em maio de 2020, quando assumiu interinamente o cargo de ministro da saúde após a saída de Teich. Posteriormente, em 14 de setembro de 2020, o presidente Jair Bolsonaro confirmou sua nomeação oficial como ministro da Saúde, cargo que ocupou até ser substituído pelo médico Marcelo Queiroga, em 15 de março de 2021.

Já o Tenente Coronel Luciano Zucco atuou no Comando Militar do Sul (CMS), em Porto Alegre, onde desempenhou um papel na articulação entre as Forças Armadas e a sociedade civil para a expansão do modelo das Escolas Cívico-Militares no Rio Grande do Sul. Zucco também atuou no Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, onde integrou as equipes responsáveis pela segurança aproximada e proteção de autoridades, servindo durante os governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer. Em 2018, Luciano Zucco passou para a reserva para ingressar na vida pública. Na eleição daquele mesmo ano, candidatou-se ao cargo de deputado estadual pelo Rio Grande do Sul, sendo eleito pelo Partido Social Liberal (PSL) como o deputado estadual mais votado do estado, com um total de 166.747 votos.



Após a eleição no pleito, o oficial foi para reserva. Posteriormente, na eleição de outubro de 2022, concorreu ao cargo de deputado federal pelo estado do Rio Grande do Sul, sendo eleito pelo partido Republicanos como o candidato a deputado federal mais votado do estado.

Os dois deputados apresentam trajetórias com pontos de convergência. Tanto Pazuello quanto Zucco possuem carreiras consolidadas no Exército Brasileiro, além de experiência prévia na esfera política antes das eleições para o cargo de deputado federal em 2022, que são o foco desta análise. No caso de Pazuello, essa experiência inclui sua atuação como Ministro da Saúde, enquanto Zucco, embora não tenha chegado ao generalato, exerceu previamente o mandato de deputado estadual no Rio Grande do Sul.

1.5 Deputados oficiais e o campo político

Falar de campo político é dizer que o campo político (e por uma vez citarei Raymond Barre) é um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Nele se encontrará um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular. É isso o que está contido na noção de autonomia: um campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social (Bourdieu, 2011, p. 194).

Ao discorrer sobre o campo político, Bourdieu chama atenção para o fato de que, assim como outros campos, ele se configura como um microcosmo autônomo de macrocosmo social (Bourdieu, 2011). Nesse sentido, os atores e agentes possuem suas variabilidades e relativa autonomia em relação às suas posições no campo. Contudo, ao pensarmos a dinâmica sobre oficiais do Exército ocupando espaços no campo político, a questão que se coloca é como esses atores agem uma vez que passam a compor o campo político. Suas posições de origem, seus *habitus* de classe enquanto oficiais militares são suprimidos ou existe uma movimentação ambígua? Quais são as relações e comportamentos que se colocam nessa nova ocupação?

No que se refere às proposições legislativas dos deputados analisados, os dados da Câmara dos Deputados indicam que o General Pazuello em 2023, foi autor de 8 Propostas de Emenda à Constituição (PEC) e 7 Projetos de Lei (PL). Em 2024, Pazuello assinou 8 PECs e 15 PLs. No total, até o fim de 2024, o deputado foi responsável por 16 PECs e 22 PLs. Em relação aos PLs, 17 possuem Pazuello como único autor.

De modo geral, as propostas legislativas concentram-se em temas relacionados à segurança pública e ao sistema penal, incluindo iniciativas que visam endurecer penas e

modificar a legislação penal, como o aumento das sanções para crimes específicos e a regulamentação de procedimentos no Código Penal e no Código de Processo Penal. Além disso, destacam-se projetos voltados para a estruturação e composição das forças de segurança pública, com foco na melhoria da infraestrutura e na eficácia das operações de segurança. Outros projetos abordam questões sociais, como o combate à violência em escolas públicas, a regulamentação de políticas para o sistema prisional e a criação de serviços de apoio psicossocial para policiais militares, civis e bombeiros.

No campo moral, destaca-se que o General Pazuello coautorizou o PL 2499/2024, que trata da obrigatoriedade de notificação às autoridades policiais por hospitais, clínicas e unidades básicas de saúde nos casos de interrupção de gestação decorrente de estupro, entre outras medidas. Esse enfoque converge com outra proposta em que Pazuello é coautor, a PEC 29/2024, que visa alterar a Constituição Federal para explicitar a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção. O texto define que a vida humana se inicia na junção dos gametas masculino e feminino durante a fecundação, inserindo-se no debate sobre a proteção da gestação e o marco temporal do início da vida.

Em relação ao Tenente Coronel Zucco, os dados da Câmara dos Deputados indicam que o parlamentar apresentou 13 Propostas de Emenda à Constituição (PECs) e 26 Projetos de Lei (PLs) no ano de 2023. No ano seguinte, Zucco foi autor de 7 PECs e 20 PLs. No total, o nome do deputado aparece em 20 PECs e 46 PLs. Quanto aos Projetos de Lei, Zucco figura como autor único em 17 propostas.

Em relação aos Projetos de Lei, os principais temas dos projetos apresentados pelo deputado Tenente Coronel Zucco incluem a segurança pública, como a tipificação de homicídios contra servidores e agentes atuantes no combate ao crime organizado como crime qualificado. Além disso, há um foco significativo em educação e escolas cívico-militares, incluindo a criação da Política Nacional das Escolas Cívico-Militares e a implementação de sistemas de alarme de emergência nas escolas. No campo da justiça e sistema penal, Zucco apresenta iniciativas para endurecer punições no Código Penal e regulamentar temas como corrupção e crimes em ambientes escolares. Outro tema relevante é o uso de tecnologia e monitoramento, com propostas para o emprego de reconhecimento facial na localização de crianças e adolescentes desaparecidos e sistemas de alerta com participação de prestadoras de serviços de telecomunicação.

No que tange às Proposta de Emenda à Constituição, os principais temas dos projetos apresentados pelo deputado Tenente Coronel Zucco incluem questões relacionadas à economia, governança e justiça. Um exemplo é a PEC 6/2023, que exige

autorização prévia do Congresso Nacional para operações de crédito envolvendo outros países ou suas sociedades estatais. Outro foco está em propostas que tratam da imunidade tributária, como a PEC 5/2023. Zucco também apoia a regulação do indulto presidencial, conforme a PEC 7/2023.

As proposições legislativas apresentadas pelo Tenente-Coronel Zucco, como a PEC 6/2023 (autorização congressional para operações de crédito externo), PEC 5/2023 (imunidade tributária) e PEC 7/2023 (regulação do indulto presidencial), revelam a transposição do *habitus* militar para o campo político-legislativo, caracterizado por disposições de comando hierárquico, eficiência administrativa e controle de riscos institucionais internalizadas durante sua formação na AMAN e atuação no Comando Militar do Sul. Essa lógica castrense, marcada por planejamento estratégico e preservação da ordem, manifesta-se na preferência por mecanismos de governança que blindam o Estado de pressões externas, conectando-se diretamente ao campo virtual subsequente, onde as narrativas digitais de Pazuello e Zucco amplificam essas disposições via performatividades de autoridade e ordem pública, como demonstraremos a seguir. Na atuação parlamentar, ambos priorizam pautas de segurança e estruturação institucional e, no virtual, essa atuação se projeta sem rupturas significativas, convertendo capital simbólico castrense em engajamento eleitoral, sugerindo não uma diferenciação radical, mas uma homogeneidade que demonstra relação entre autorrepresentação online e performance parlamentar.

1.6 Deputados oficiais e o campo virtual

A coleta de dados foi realizada entre 2 de abril de 2022 e 2 de abril de 2023, abrangendo o período eleitoral de 2022 (seis meses anteriores ao primeiro turno até seis meses posteriores ao segundo turno). Utilizou-se a plataforma FanPageKarma para extração dos dados das páginas oficiais dos candidatos na plataforma Facebook. Durante o período analisado, o General Pazuello (@generalpazuello.oficial) realizou 361 publicações, enquanto o Deputado Zucco (@deputadozucco) publicou 996 vezes. Esse total engloba diferentes formatos de postagens (textos, vídeos, reels, pins, entre outros). Em termos de engajamento, as publicações de Pazuello geraram 41 mil reações e 8,7 mil comentários, ao passo que Zucco obteve 1,8 milhão de reações e 633 mil comentários no mesmo intervalo. O corpus empírico da pesquisa totalizou 1.357 publicações. No campo virtual, o General Pazuello dispõe de uma página verificada no Facebook que, em 2026,



contabiliza 126 mil seguidores, Zucco apresenta um perfil mais engajado do que Pazuello, com 396 mil seguidores.

A partir desse panorama, passa-se à análise qualitativa das publicações, iniciando-se pelo perfil do General Pazuello. Até meados de junho de 2022, suas publicações concentravam-se predominantemente em registros de reuniões, encontros institucionais e, de forma pontual, em temáticas relacionadas às Forças Armadas. Em 24 de junho daquele ano, Pazuello realizou sua primeira publicação de caráter explicitamente eleitoral.

Nos meses seguintes, Pazuello adota uma estratégia de campanha centrada na valorização das realizações do governo Jair Bolsonaro. Entre junho e julho, suas publicações se distanciam progressivamente da temática militar e passam a se alinhar de forma mais explícita à agenda do governo federal. A partir de agosto, observa-se uma intensificação dessa dinâmica, com o crescente aparecimento de figuras como Michele Bolsonaro e Eduardo Bolsonaro, além de outros apoiadores, conferindo à página um caráter de mobilização política mais acentuado. Ainda nesse mês, Pazuello aprofunda as críticas ao então candidato Luiz Inácio Lula da Silva e, em 16 de agosto, oficializa sua candidatura a deputado federal. Nessa publicação, a aliança com Jair Bolsonaro é apresentada como eixo central de sua plataforma eleitoral.

Em setembro, a poucos dias do primeiro turno, Pazuello intercala publicações pontuais sobre temas de saúde com um discurso marcadamente alarmista. Nesse período, sua página passa a veicular conteúdos de teor sensacionalista, como uma suposta manchete da revista *Veja* segundo a qual o MST retomaria as invasões de terras em caso de vitória de Lula, e uma alegada publicação do portal *Terra* na qual o ex-presidente teria declarado a intenção de "compartilhar" a Amazônia com outros países, defendendo uma "governança global" da região. Trata-se de postagens que mobilizam o medo como recurso retórico, construindo cenários de ameaça associados ao campo adversário.

Após ser eleito deputado federal em outubro, Pazuello direciona quase a totalidade de suas publicações ao segundo turno entre Jair Bolsonaro e Lula, adotando um tom consideravelmente mais agressivo em relação aos meses anteriores. Com a derrota de Bolsonaro em novembro, o foco de suas postagens se desloca para a tentativa de deslegitimar o processo eleitoral.

Encerrado o ciclo eleitoral, as publicações de Pazuello sofrem uma inflexão temática significativa: o discurso de campanha cede lugar a pautas vinculadas à

segurança pública e à atuação parlamentar. Entre dezembro de 2022 e fevereiro de 2023, observa-se uma redução expressiva na frequência de postagens, com retomada a partir de março. Nos meses de abril e maio, a página se concentra predominantemente na divulgação de projetos aprovados na Câmara dos Deputados, consolidando um perfil de comunicação mais institucional. Cabe destacar que, ao longo de 2023, as referências a Jair Bolsonaro tornam-se praticamente inexistentes nas publicações de Pazuello, um contraste notável com o período eleitoral, no qual a aliança com o ex-presidente constituía o eixo central de sua comunicação digital.

Delineado o percurso comunicacional de Pazuello, da construção de uma imagem vinculada ao governo Bolsonaro à reconfiguração institucional no exercício do mandato, volta-se agora ao segundo caso que compõe o corpus desta pesquisa: o perfil do Deputado Zucco no Facebook. Diferentemente de Pazuello, cuja página apresenta relativa homogeneidade estética, o perfil oficial de Zucco se caracteriza por uma maior heterogeneidade visual, alternando entre peças gráficas de produção elaborada e publicações de caráter mais informal e despojado. No plano discursivo, suas postagens revelam um tom marcadamente populista, recorrendo de forma sistemática a apelos à moral conservadora como estratégia de aproximação com seu público.

Em junho de 2022, as publicações sobre escolas cívico-militares ocupam posição de destaque na página de Zucco, configurando-se como uma de suas principais bandeiras temáticas. Paralelamente, o deputado intensifica críticas à esquerda, mobilizando uma retórica de ameaça à infância ao afirmar que esta pretenderia "acabar com a educação das nossas crianças", referência à lei sancionada pelo prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, que proíbe o uso de linguagem neutra nas escolas municipais.

A partir de julho, com a oficialização de sua candidatura ao parlamento federal, a página passa por uma reconfiguração: multiplicam-se publicações ao lado de Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão, sinalizando o alinhamento político que orientará a campanha. Em agosto, as postagens alternam entre manifestações de apoio aos dois candidatos e registros de eventos de campanha, como carreatas. Já em setembro, o perfil incorpora vídeos de figuras como Damares Alves, Onyx Lorenzoni e General Heleno em declarações de apoio a Zucco, ampliando o espectro de alianças exibidas na plataforma. De modo significativo, a pauta das escolas cívico-militares, até então central em seu discurso, praticamente desaparece das publicações nesse mês, sugerindo uma subordinação das pautas programáticas à lógica da mobilização eleitoral.

Em outubro, Zucco mantém um padrão discursivo estruturado em torno de dois eixos: o enaltecimento de Jair Bolsonaro e a desqualificação de Luiz Inácio Lula da Silva, frequentemente associado à imagem de presidiário. Após o resultado das urnas, o deputado reafirma seu alinhamento a Bolsonaro e veicula uma publicação que supostamente acusa a Rede Globo de comemorar a vitória de Lula, classificando o episódio como manifestação do que denomina "o sistema se revelando", recurso discursivo que enquadra a derrota eleitoral como evidência de uma conspiração institucional.

Em novembro, suas publicações se concentram predominantemente em críticas ao presidente eleito. Merece atenção o fato de que Zucco passa a se referir ao novo governo como se este já estivesse em exercício, antecipando ações governamentais que ainda não haviam se concretizado. Um exemplo ilustrativo é a postagem em que o deputado alega que um "novo imposto de Lula pode tirar 4 bilhões do bolso do trabalhador", atribuindo ao presidente eleito medidas anteriores à própria posse, prevista para janeiro de 2023. Esse padrão se mantém ao longo de dezembro, consolidando uma estratégia de oposição antecipada.

Entre janeiro e maio de 2023, Zucco assume postura inequívoca de oposição ao governo federal, articulando de forma recorrente a defesa da gestão Bolsonaro com ataques ao governo Lula. Nesse período, o deputado recorre a publicações de teor sensacionalista ou deliberadamente descontextualizadas, como a alegação de que militantes de extrema-esquerda estariam infiltrados nos atos de 8 de janeiro, instrumentalizando o episódio para reforçar sua narrativa crítica. Cabe observar que temas como segurança pública e escolas cívico-militares, pautas que constituem pilares de sua representação virtual, são praticamente abandonados nesse intervalo, o que reforça a hipótese de que a comunicação de Zucco se orienta prioritariamente pela lógica de confronto político em detrimento de uma agenda programática consistente.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O campo militar brasileiro, estruturado por uma formação que fundamenta um *habitus* disciplinar e acumulação de capitais simbólicos específicos – hierarquia, mérito técnico e *ethos* de ordem –, exhibe características marcadamente conservadoras, como argumenta Carlos Fico (2025) ao revelar uma utopia autoritária latente desde a República, que valoriza estabilidade institucional acima de rupturas democráticas. Jair Bolsonaro



apropriou-se desse capital simbólico das Forças Armadas, convertendo-o em moeda eleitoral ao longo de sua trajetória desde vereador até a Presidência, mobilizando a “mística militar” como vetor de legitimação política (Passos, 2024). No caso de Pazuello e Zucco, sua projeção não se limita a surfar a onda bolsonarista: ambos mobilizam ativamente o capital simbólico castrense, transmutando-o em narrativas digitais de autoridade e eficiência administrativa que precedem e transcendem 2022, como evidenciam suas 361 e 996 postagens no Facebook com pautas congruentes às proposições legislativas (segurança pública, escolas cívico-militares), sugerindo uma estratégia de dupla articulação, valendo-se do capital simbólico das FFAA enquanto se vinculam ao bolsonarismo no campo político.

No caso dos deputados federais General Eduardo Pazuello e Zucco, a ideia de campo político ajuda a entender como esses militares, ao entrarem na arena política, negociam e transformam seu capital militar (autoridade, disciplina, experiência estratégica) em formas de capital político. A análise de suas representações nas redes sociais, por exemplo, pode ser vista como uma estratégia dentro desse campo, onde suas ações e discursos buscam construir uma imagem pública que reforce sua legitimidade e os posicionem de maneira vantajosa frente aos eleitores e demais agentes políticos. O campo político, portanto, não é estático; é um espaço de competição e conflito, no qual cada ator tenta definir as regras e as condições do jogo para maximizar seu poder e influência. A coerência (ou falta dela) entre o discurso nas redes e as ações legislativas de Pazuello e Zucco pode ser interpretada como parte de suas estratégias de posicionamento e atuação nesse campo.

Observa-se que, antes das eleições, as propostas de campanha de Pazuello não eram discutidas nas redes sociais. As publicações concentravam-se em reuniões, demonstrações de apoio e poucas referências ao Exército, mas com grande ênfase na proximidade com Jair Bolsonaro. Embora tenha se projetado como ex-ministro da Saúde, tanto suas postagens quanto sua atuação política não apresentavam vínculos significativos com a área da saúde. Em vez disso, destacou-se por defender pautas relacionadas à inviolabilidade do direito à vida desde a concepção. Esse comportamento é observado no caso de Zucco, que, após ser eleito, quase não faz mais referência ao seu histórico militar em suas redes sociais. Zucco adota uma postura que se aproxima da de um político profissional, posicionando-se como uma figura central e estratégica na oposição ao governo Lula. Ele direciona suas ações e discursos para temas políticos

amplos, enfatizando sua atuação parlamentar e distanciando-se da imagem exclusivamente associada ao militarismo.

A análise de Pazuello e Zucco à luz do conceito de capital político de Bourdieu evidencia como ambos convertem seus capitais acumulados no campo militar em ativos estratégicos no campo político, sobretudo nas eleições. Pazuello, ao destacar sua experiência como general e ex-ministro da Saúde, utiliza esse capital simbólico para reforçar sua posição no campo político e se associar ao bolsonarismo, um movimento que valoriza figuras militares como ícones de ordem e patriotismo. Essa aliança com Jair Bolsonaro amplifica seu capital político, pois permite a Pazuello converter seu prestígio militar em apoio popular e político, consolidando sua identidade como defensor das pautas do governo Bolsonaro. Zucco, por sua vez, também explora o capital simbólico derivado de sua posição como tenente-coronel e deputado estadual. Ele construiu sua imagem pública com base em pautas relacionadas à segurança pública e à defesa de valores conservadores, temas que se alinham ao bolsonarismo. Esse uso de seu capital militar como legitimador de suas propostas e ações políticas é essencial para se estabelecer no campo político federal, onde ele converte sua trajetória militar em uma fonte de autoridade moral e política, atraindo o apoio de eleitores e aliados que compartilham dos mesmos valores e discursos conservadores. O uso do capital político de Pazuello e Zucco, baseado em suas carreiras militares, foi intensamente mobilizado durante as campanhas eleitorais e na busca por apoio para votações na Câmara. Essa estratégia, centrada no simbolismo e na autoridade associados ao militarismo, serviu para legitimar suas candidaturas e atrair eleitores que valorizam pautas conservadoras e de segurança pública.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este ensaio, buscamos demonstrar que a auto representação digital dos deputados federais General Eduardo Pazuello e Tenente-Coronel Luciano Zucco revela uma relação entre suas narrativas nas redes sociais e suas atuações legislativas na Câmara dos Deputados. Entretanto, após serem eleitos, ambos os perfis demonstraram uma mudança de abordagem: embora continuem se associando ao bolsonarismo, há uma evidente diminuição na ênfase sobre o militarismo e elementos castrenses como elementos centrais de suas postagens e discursos. Essa mudança pode ser interpretada como um esforço para expandir sua base de apoio e legitimar suas ações parlamentares



por meio de temas que ressoem com um público mais amplo, afastando-se da narrativa explicitamente militarista que caracterizou suas campanhas.

A análise qualitativa das postagens no Facebook e das proposições parlamentares evidencia a transposição do *habitus* militar para os campos político e virtual, onde disposições de hierarquia, eficiência punitiva e ordem institucional se manifestam em pautas de segurança pública, endurecimento penal e governança estratégica. O capital simbólico castrense não se dilui na transição para o campo político-legislativo, mas se converte em moeda eleitoral via performatividades digitais que evocam a “mística militar” (Passos, 2024). Diferentemente de uma apropriação oportunista do bolsonarismo, Pazuello e Zucco ativam autonomamente esse capital acumulado no campo militar, ampliando-o em narrativas de autoridade moral congruentes às proposições como escolas cívico-militares e estruturação de forças de segurança, tensionando os limites do controle civil sobre as Forças Armadas.

Tais achados contribuem para ampliar as discussões sobre relações civis-militares no Brasil pós-2018, sugerindo que a crescente presença de oficiais no Legislativo não constitui ruptura no imaginário castrense, mas sua extensão estratégica ao campo político institucional. A presença digital e performance parlamentar reforça a tese de Carlos Fico (2025) sobre uma utopia autoritária estrutural nas FFAA, agora projetada para a esfera representativa por meio do voto. Pesquisas futuras podem operacionalizar análise comparativa longitudinal ou etnografia digital para mapear trajetórias de outros parlamentares militares, testando a generalização dessa dinâmica de autonomização no contexto da “bancada da bala”.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Vitor. **Militares comandarão sete áreas no governo de Bolsonaro | Agência Brasil**. [S. l.], 2018. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-11/militares-comandarao-sete-areas-no-governo-de-bolsonaro>. Acesso em: 10 dez. 2025.

ACACIO, Igor; PASSOS, Anaís Medeiros; & PION-BERLIN, David. Military Responses to the COVID-19 Pandemic Crisis in Latin America: Military Presence, Autonomy, and Human Rights Violations. **Armed Forces & Society**, v. 49, n. 2, p. 372-394, 2023.

BERLATTO, Fábila; CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno. Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das Forças Repressivas de Estado à Câmara dos Deputados. **Revista Brasileira De Ciência Política**, n.21, p. 77–120, 2016.



BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática**. In: ORTIZ, R. (Org.) Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Os Usos Sociais da Ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2006.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista brasileira de ciência política**, n.5, p. 193-216, 2011.

CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e a política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2005.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CASTRO, Celso. A socialização profissional dos militares brasileiros: notas sobre uma investigação antropológica na Caserna. **Revista Etnográfica**, v.8, n.1, p 79-90, 2004.

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar: um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CASTRO, Celso. **Exército e Nação: estudos sobre a história do exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

CASTRO, Celso (org.). **A família militar no Brasil: transformações e permanências**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca da identidade: o Exército e a Polícia na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1978.

FAGANELLO, Marco Antonio. “**Bancada da bala: uma onda na maré conservadora**”. In: CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs). Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 145-161, 2015.

FICO, Carlos. **Utopia autoritária brasileira: como os militares ameaçam a democracia brasileira desde o nascimento da República até hoje**. 1. ed. São Paulo: Crítica, 2025.

G1. **Ministério da Defesa anuncia saída dos comandantes das três Forças Armadas**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/30/ministerio-da-defesa-anuncia-saida-dos-comandantes-das-tres-forcas-armadas.ghtml>. Acesso em: 11 fev. 2025.

IGNATOW, Gabe; ROBINSON, Noah. Pierre Bourdieu: Theorizing the digital. **Information, Communication & Society, London**, v. 20, n. 7, p. 950-966, 2017.



MACAULAY, Fiona. "Presidents, Producers and Politics: Law-and-Order Policy in Brazil from Cardoso to Dilma". **Policy Studies**, vol. 38, n. 3, p. 248-261, 2017.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Histórico de GLO**. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/imagens/2-planilha-com-dados-historicos.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2025.

MOREIRA, Nádia; SILVA, Rita; CELESTINO, Sabrina. Habitus militar: reflexões sobre os sujeitos da caserna. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 35, n. 74, p. 33-50, 2020.

NÓBREGA JUNIOR, José Maria Pereira da. A militarização da segurança pública: um entrave para a democracia brasileira. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 35, p. 119-130, 2010.

NOVELLO, Roberta; ALVAREZ, Marcos César. Da 'bancada da segurança' à 'bancada da bala': Deputados-policiais no legislativo paulista e discursos sobre segurança pública. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 15, n. 01, p. 81-101, 2022.

NUNES, Edson de Oliveira. **A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

PASSOS, Anaís Medeiros. **O estado das relações civis-militares no Brasil: um estudo de caso sobre o Ministério da Defesa (2007-2011)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PASSOS, Anaís Medeiros. Fighting crime and maintaining order: shared worldviews of civilian and military elites in Brazil and Mexico. **Third World Quarterly**, v. 39, n. 2, p. 314-330, 2018.

PASSOS, Anaís Medeiros. Manutenção do acesso ao campo: Uma visão a partir de imersão etnográfica com militares. **Confines de relaciones internacionales y ciencia política**, v. 20, n. 39, p. 82-91, 2024.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. **Tempo social**, v. 29, n. 2, p. 187-214, 2017.

SEPULVEDA, José. A formação do campo militar e educacional a partir dos conceitos de campo e *habitus*. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 8, n. 16, 2014.

SCHMIDT, Flávia. **Presença de militares em cargos e funções comissionados do executivo federal**. IPEA. Nota técnica, 2022.

SOARES, Samuel Alves. **Controles e Autonomia: as Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999)**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.



SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Militarização da segurança pública no Brasil: respostas recentes a um problema antigo. In: **Revista FORUM**. Universidad Nacional de Colombia-Facultad de Ciencias Humanas y Económicas, 2011.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Dispositivo militarizado da segurança pública. Tendências recentes e problemas no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, p. 207-223, 2015.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de; SERRA, Carlos Henrique Aguiar. Quando o Estado de exceção se torna permanente: reflexões sobre a militarização da segurança pública no Brasil. **Tempo Social**, v. 32, n. 2, p. 205-227, 2020.

VASCON, Luis Fernando de Castro; GARCIA, Felipe Ramos. **Muda-se o cargo, mudam-se as redes? Representação de candidatos policiais nas redes sociais virtuais**. In: RAMIRO, Felipe Casteletti; SOUZA, Luís Antônio Francisco de; TORRES, Maria Eduarda de Moraes (orgs.). Realidades virtualizadas e o contexto brasileiro: problematizações e resistências. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024.

ZAVERUCHA, Jorge. **FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia**, 1999-2002. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NOTAS

HISTÓRICO

RECEBIDO: 31/10/2025

APROVADO: 27/03/2026

PUBLICADO: 27/04/2026

AGRADECIMENTOS

Não se aplica

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: Felipe Ramos Garcia

Coleta de dados: Luis Fernando de Castro Vascon

Análise de dados: Luis Fernando de Castro Vascon

Discussão dos resultados: Felipe Ramos Garcia

Revisão e aprovação: Felipe Ramos Garcia e Luis Fernando de Castro Vascon

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo número 2021/05090-4) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não



exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Esse documento **não** deve ser impresso e digitalizado, aconselhamos a digitalização apenas da assinatura dos autores e inclusão no presente documento. Todas as assinaturas dos autores devem constar neste mesmo documento. Os editores desta revista garantem que irão alterar somente o conteúdo de responsabilidade da revista, assim como os autores só irão acrescentar conteúdos referentes a suas responsabilidades.

